

SAÚDE MENTAL E TRABALHO: UM ESTUDO COM AGRICULTORES ORGÂNICOS NO SUDOESTE DO PARANÁ

Edival Sebastião Teixeira*

Gabriella Suzana Lorenzton**

Resumo

O artigo apresenta uma pesquisa que teve por objetivo identificar representações sociais sobre trabalho e saúde mental em um grupo de agricultores orgânicos e analisar as relações entre tais representações e eventual aparecimento de sofrimento mental. Participaram da pesquisa 19 agricultores familiares de Capanema, Paraná. Os dados foram coletados por meio de um protocolo de observação do ambiente de trabalho dos sujeitos, bem como mediante a utilização de entrevista semiestruturada. Os resultados indicam que os agricultores orgânicos pesquisados representam o seu trabalho como algo potencialmente criador de saúde, de modo que, neste estudo, não foram identificados sinais de sofrimento mental nos sujeitos. Ao contrário, as representações identificadas têm muitos elementos em comum, então, para esses agricultores saúde implica trabalho e trabalho implica saúde.

Palavras-chave: Saúde Mental. Trabalho. Agricultores Orgânicos. Representações Sociais..

* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: edival@utfpr.edu.br

** Mestre em Desenvolvimento Regional. Psicóloga na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: gabriellas@utfpr.edu.br

Introdução

A região sudoeste do Paraná teve e tem uma maneira particular de gerir a agricultura, adaptada tanto às condições naturais dessa região, como às condições sociais e históricas vividas por sua população.

Essa característica responde, entre outros fatores, ao fato de que estando o Brasil em processo de industrialização, especialmente a partir da década de 1930, a ocupação dos lugares “vazios” do mapa, representados, nesse caso, pela região sudoeste do Paraná, poderia atender à demanda de fornecimento de espaço cultivável unida à mão de obra para a produção de alimentos, além de formar, a partir da inserção no mercado feita a partir dessa produção, um potencial consumidor importante, tendo em vista que novos produtos, particularmente frutos do processo de industrialização, começavam a ser comercializados mais fortemente nesse estado (ABRAMOVAY, 1981; MYSKIW, 2002; PEGORARO et al., 2007)

Marx (1985, p. 149) afirma que “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”. Sendo entendidos como partes inseparáveis de um mesmo corpo, homem e natureza relacionam-se, então, por meio do processo de trabalho. Assim, vendo a matéria natural como força natural, o homem põe em movimento sua corporalidade, representada por braços, pernas, cabeça e mão, com vistas a apropriar-se dessa matéria natural para convertê-la em algo, em uma forma útil para sua própria vida.

A relação do agricultor familiar com seu trabalho não se dá dentro de moldes estritamente capitalistas de produção, ou seja, embora possa haver a ideia de comercialização, esta não é o centro e único objetivo do trabalho, fato de grande relevância quando se tem por objetivo analisar relações entre seu trabalho e sua saúde mental.

Ao buscar as definições relativas ao trabalho do camponês, entende-se que o agricultor familiar partilha com este muitas dessas características. É possível dizer que o agricultor familiar leva em si um camponês adormecido (JOLLIVET, 2001; WANDERLEY, 2003). O agricultor familiar, em certo sentido, permanece sendo o camponês, já que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de

reprodução, sendo também instância imediata de decisão. Vale ressaltar que existem arranjos produtivos, como aqueles dos agricultores familiares que são integrados a empresas em que a organização centrada na família dá lugar a uma produção com características mais industriais. Portanto, o trabalho assalariado como fonte extra de renda, por exemplo, pode ser uma saída importante para tempos de recessão econômica, porém, isso não quer dizer que será realizado como forma de acumular capital, uma vez que a racionalidade econômica obedece à necessidade da família, e não às categorias impostas pelo sistema capitalista.

Para contextualizar o ambiente social, econômico e cultural, bem como os sujeitos desta pesquisa, estabeleceu-se o conceito de agricultor familiar exposto por Wanderley (2003). A autora considera o agricultor familiar um ator social, construtor e parceiro de um projeto de sociedade. Tem-se, assim, que, apesar da influência de políticas públicas e atuação do Estado, a compreensão do agricultor familiar moderno não se esvazia na análise de sua relação com o mercado. Ou seja, a reprodução econômica, social e cultural do agricultor familiar não se restringe ao vínculo ou às relações estabelecidas com o mercado.

Para Wanderley (2003), apesar de muitas vezes ser atribuído por meio de imposição, o conceito de agricultor familiar é incorporado pelos atores sociais, porém cabe entendê-lo “recheando-o” (o conceito) de um conteúdo histórico e sociológico. Nesse sentido, o agricultor familiar

[...] constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural. (WANDERLEY, 2003, p. 59).

O meio ambiente não é visto pelo agricultor familiar apenas como um campo de onde ele retira a produção. A vida presente na natureza também é considerada como importante; preservá-la é, então, fundamental para o equilíbrio das condições de seu trabalho, por isso o cultivo orgânico, entendido neste artigo como a produção agrícola que se dá sem o uso de agrotóxicos, é motivo de satisfação para o agricultor, já que permite, na visão dos sujeitos pesquisados e em comparação com outras formas de produção, respeitar os limites da natureza.

Alguns dos relatos dos nossos sujeitos trazem um apelo à sustentabilidade ao demonstrar sua indignação com respeito aos abusos cometidos contra os animais e o desrespeito às demais condições que caracterizam o ambiente rural. Cabe ressaltar que por sustentabilidade entende-se a relação harmônica entre a melhoria de condições econômicas da população aliada à preocupação e preservação do meio ambiente (MONTIBELLER-FILHO, 2008). A exploração agrícola, nesse caso, não é unilateral, visto que assim como ocorre a busca pelo sustento por meio do cultivo da terra, há a correspondência na manutenção e preservação da fauna e flora presentes no ambiente.

Levigard e Rozemberg (2004), a partir da pesquisa que realizaram sobre a “queixa dos nervos” entre os agricultores, entendem que o desenvolvimento do capitalismo dentro da realidade brasileira interferiu diretamente nos saberes tradicionais dos pequenos agricultores, chegando a destruir a utilização de policultura, levando-os ao trabalho assalariado. Com isso, essas populações foram obrigadas a criar vínculos com instituições bancárias, com vistas a obterem crédito, bem como oferecer seus produtos por preços fixados a partir do mercado urbano, tendo sua margem de lucro delimitada por agentes agrícolas intermediários, desacordes com os efetivos gastos da produção. Todas essas modificações foram associadas pelas autoras a mudanças no padrão de morbidade e mortalidade desses agricultores e, ainda, ao aumento representativo de doenças cardiovasculares e mentais, assim como de acidentes de trabalho e utilização de agrotóxicos.

Nesse sentido, cabe definir saúde e doença mental com vistas a delimitar a possibilidade da existência ou ausência de cada uma delas no ambiente laboral. Codo, Soratto e Vasques-Menezes (2004, p. 279) afirmam que “saúde mental é a capacidade de construir a si próprio e à espécie, produzindo e reproduzindo a si próprio e a espécie. Distúrbio psicológico, sofrimento psicológico ou doença mental são o rompimento dessa capacidade.” Codo (2002, p. 173) entende que doença mental é, em última instância, um conflito do indivíduo consigo mesmo; do “indivíduo com seu outro.” Nessa mesma perspectiva, sofrimento ou doença mental ocorreriam quando esferas significativas, ou seja, aquelas capazes de gerar e transformar significados da vida do sujeito, fossem afetadas.

Sampaio e Messias (2002) definem doença mental a partir do conceito de sofrimento psíquico, interligando, assim,

os dois conceitos. Consideram sofrimento psíquico como uma “dificuldade, vivida pelo sujeito em operar planos e definir sentidos para a vida, aliada a sentimento de impotência e vazio, o eu sendo experimentado como coisa alheia.” (ibid, p. 151). Doença mental, para os mesmos autores, é entendida como:

Fracasso nas tentativas de entender, superar, evitar ou tornar suportável os sofrimentos psíquicos, radicalizando o processo de alienação e fazendo o sujeito viver tensões sem expectativa de solução ou abolir aparençalmente os polos de tensão entre parte/todo, essência/aparência, indivíduo/sociedade, consciência/objetividade (SAMPAIO; MESSIAS, 2002, p. 151).

Codo, Soratto e Vasques-Menezes (2004, p. 289) apontam para a necessidade de uma metodologia de investigação que deixe espaço à análise dos efeitos do trabalho sobre a saúde mental, tendo como base a percepção de “um homem sócio-histórico, no qual fatores econômicos e sociais, além de individuais, façam parte da investigação”. Nesse sentido, entendemos que a teoria das representações sociais de Moscovici (2003) propicia uma metodologia adequada para estudos sobre as relações entre saúde mental e trabalho.

Moscovici (2003) entende as representações sociais como formas dinâmicas de conhecimentos socialmente elaborados, sujeitas, portanto, à variação e à diversidade que caracterizam a sociedade moderna. Por conseguinte, as representações têm a ver com formas de conhecimento partilhados que indicam maneiras comuns de construção de realidades em determinados grupos sociais e, nesse sentido, capazes de orientar condutas.

Por sua vez, Jodelet (2001, p. 22) considera que as representações sociais, devem ser tomadas como um objeto de estudo tão legítimo “devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais”, ainda que estas, as representações, consistam em saberes do senso comum.

De acordo com Moscovici (2003, p. 79), as representações sociais são valores, ideias e práticas que possibilitam às pessoas orientarem-se em seu mundo material e social e comunicarem-se “na medida em que fornece aos membros de determinada comunidade um conjunto de códigos que permitem classificar e nomear os vários aspectos da realidade individual e coletiva.”. Dessa forma, o estudo das representações sociais sempre terá

por objetivo “descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade” (MOSCOVICI, 2003, p. 79). Nos dizeres de Almeida (2005), o estudo de uma representação social exige investigar o conteúdo da representação, que funções esse conteúdo tem no universo social e cognitivo dos indivíduos e que processos sociais e psicológicos possibilitam a construção desse mesmo conteúdo.

Assim, levando-se em conta o fato de que o trabalho é um elemento central para a formação do ser humano (MARX, 1985; ENGELS, 1999), pode-se supor suas repercussões sobre a saúde mental. Por isso, desenvolveu-se a investigação relatada neste artigo, a qual teve como objetivo identificar as representações sociais acerca de trabalho e de saúde mental de um grupo de agricultores familiares que cultivam produtos orgânicos e analisar as relações entre tais representações e eventual aparecimento de sofrimento mental nos sujeitos.

Método

Participaram da pesquisa 19 agricultores familiares (11 homens e 8 mulheres) cuja média etária foi de 40 anos, à exceção de um sujeito, os demais são todos casados, distribuídos em 12 propriedades diferentes e maiores de 18 anos, que cultivam produtos orgânicos e que residem na zona rural do município de Capanema, localizado na região sudoeste do Paraná. A amostra foi composta por famílias escolhidas com base no critério de amostragem aleatória, que levou em conta possibilidade de acesso dos pesquisadores à comunidade, bem como o interesse dos sujeitos em participar do estudo em questão. As entrevistas foram gravadas em áudio e todos os sujeitos foram informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, concordando em participar por meio da assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido.

O contato inicial com os sujeitos deu-se por intermédio de uma empresa que atua em Capanema comprando a produção diretamente dos agricultores e de associações de produtores com vistas a comercializá-la no mercado nacional e internacional. De todos os pesquisados, nenhum cultivava exclusivamente soja orgânica; o cultivo é composto também por trigo, milho, feijão, além de hortaliças e, em alguns casos, dedicam-se, também, ao turismo agroecológico e à produção de leite.

Os dados foram coletados em duas etapas. Na primeira, mediante o emprego de um protocolo especificamente elaborado para o estudo, foram realizadas observações do ambiente de trabalho em que os sujeitos de pesquisa estão inseridos, sua rotina, horários, grupo de trabalho, condições geográficas e climáticas, dentre outros fatores predominantemente materiais.

Na segunda etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas, baseadas em um roteiro que focava na identificação das representações sociais dos agricultores sobre trabalho e sobre saúde mental. Para tanto, os temas da entrevista concentraram-se em tópicos tais como, saúde, doença, trabalho, adoecimento no trabalho, saúde mental, bem-estar, depressão, bem como em outros elementos que poderiam contribuir para o levantamento da dimensão subjetiva do trabalho dos agricultores.

A amostra desta pesquisa foi composta por famílias escolhidas intencionalmente pelos pesquisadores, sendo que os critérios para a escolha estiveram fixados exclusivamente na possibilidade de acesso às residências, bem como no interesse dos sujeitos em participar do estudo. Todos os agricultores participantes da pesquisa têm relações comerciais com uma empresa que intermedia o comércio da produção agrícola com o mercado internacional; e foi com o auxílio dessa empresa que se deu o acesso aos sujeitos da pesquisa.

A análise dos resultados ocorreu tanto com base na observação como a partir do conteúdo do discurso desses trabalhadores. Todos os procedimentos auxiliares à entrevista colaboraram para a análise e melhor exploração dos dados obtidos, servindo igualmente de fonte para as conclusões acerca do problema pesquisado. De maneira geral, as representações sociais de trabalho e de saúde mental foram identificadas e comparadas entre si. A partir dessa comparação, unida às observações e aos dados extraídos de outras representações apresentadas pelos sujeitos é que se chegou ao resultado da pesquisa.

Face ao exposto, justifica-se a utilização da abordagem epidemiológica neste estudo, justamente pela amplitude analítica que exige e permite. Para além do conforto das demarcações rígidas, o que se quer é entender algo a mais acerca do trabalho humano e sua relação com a saúde mental do trabalhador. Para isso, recorre-se a Codo (2002, p.185) quando bem afirma: “Quando se tem o trabalho como objeto, é preciso aprender que o universo em análise não é psicológico, sociológico, econômico, antropológico.

É tudo isso ao mesmo tempo e não saberemos nunca em que território estaremos em cada momento [...]. O objeto mesmo é inter, multi, transdisciplinar.”

As representações sociais sobre trabalho e sobre saúde dos agricultores

Os agricultores orgânicos pesquisados, quando falam sobre seu trabalho, várias vezes tecem comparações entre o trabalho rural e urbano, bem como entre o plantio convencional e orgânico.

Sobre a relação cidade-campo, os agricultores que já tiveram experiências de trabalho urbano relatam que a liberdade para administrar seu trabalho, planejar e gerir o tempo são aspectos positivos da atividade rural. Já os agricultores que trabalharam exclusivamente no interior reconhecem que a gestão do tempo é algo favorável de seu trabalho, porém ponderam que a existência de um salário garantido ao final do mês, bem como a possibilidade de descanso nos finais de semana e férias são algumas das vantagens que não possuem. Ainda assim, todos afirmam não terem a intenção de viver na cidade e, caso seja necessário (citam, nesse caso, a velhice e a doença), manteriam seu “pedaço de terra” para ter onde cultivar.

Quando questionados sobre o porquê escolheram a profissão que possuem, dois fatores, interligados, surgem, sendo eles a impossibilidade de estudar, principalmente por dificuldades de acesso à escola, e a necessidade de trabalhar desde muito cedo, o que lhes capacitou para o trabalho, porém também dificultou a continuidade dos estudos. Em contrapartida, em sua maioria, entendem que se iniciar no trabalho desde cedo é algo positivo, chegando a criticar a legislação por proibir o trabalho infantil. O trabalho é visto como componente de caráter, do “saber de onde vêm as coisas”, o que torna, na visão dos agricultores, as pessoas mais comprometidas, responsáveis e honestas.

Com relação ao cultivo orgânico, a posição dos agricultores é de que “a gente prefere a saúde da gente que a produção”. Alguns dos agricultores relatam intoxicações devido à utilização de agrotóxicos no passado, enquanto outros relatam as experiências de vizinhos ou parentes que também sofreram de problemas de saúde derivados do uso do veneno. Assim, a posição pessoal dos entrevistados é de que o cultivo orgânico favorece imensamente a saúde do produtor e da população. Esse vínculo tecido pelos

agricultores demonstra uma face da relação entre seu trabalho e sua saúde, ou seja, para o produtor, cultivar orgânico é cultivar saúde, sendo que nessa representação está fixada a ética de trabalho do agricultor: “não dar para o outro o que não quero para mim”.

Por outro lado, a agricultura orgânica é considerada pelos pesquisados como uma atividade penosa, já que exige muito esforço físico por depender do trabalho predominantemente manual do agricultor (principalmente a limpeza da lavoura com o uso da enxada). Em face disso, existem algumas preocupações centrais que fazem parte da vida dos agricultores, por exemplo, a dificuldade para encontrar mão de obra e a contínua exposição ao sol e às condições climáticas que permitirão ou não a obtenção de uma safra boa. O acesso à tecnologia é, segundo os agricultores, o principal amenizador da intensidade do trabalho no campo. Nesse sentido, alguns destacam que o avanço da tecnologia, bem como o acesso à informação sobre o cultivo orgânico favoreceu a adesão de novos produtores a esse sistema.

Segundo relatam os agricultores, há alguns tipos de trabalho que são mais penosos, os quais poderiam ser substituídos. Nas propriedades, há uma divisão do trabalho que leva em conta, entre outras questões, a capacidade física para o exercício de cada atividade. A partir dessa divisão, em geral, as mulheres tomam conta do serviço doméstico e cuidam de algumas criações animais e os homens têm funções mais pesadas, que envolvem jornadas mais longas na roça, trabalho com mais peso, utilização das máquinas e comercialização da produção.

A administração dos recursos financeiros envolvidos com a produção e a quantidade de recursos necessários são fatores percebidos pelos agricultores que podem levar à desistência da atividade rural. A penosidade do trabalho, apesar de ser um fato na realidade do cultivo orgânico, não é considerada como aspecto principal de êxodo rural.

Todos os entrevistados afirmam que mesmo que fossem bastante abastados financeiramente não parariam de trabalhar. Consideram também que se tivessem recursos financeiros gostariam de investir em sua propriedade para melhorar as condições de trabalho e acessar a tecnologia necessária para incrementar a produção.

Em dois casos específicos a doença é apontada como impeditivo do acesso ao trabalho. O pai e o irmão de um agricultor entrevistado sofreram com câncer de próstata e de pulmão,

respectivamente. Durante o tratamento ambos precisaram afastar-se do trabalho, sendo essa uma imposição muito difícil de acatar. No caso do pai, este aguardava os momentos a sós para “fugir e trabalhar na roça”, segundo as palavras do entrevistado. Já o irmão, sofrendo com sintomas mais agudos, não trabalhava, mas sentia-se muito abatido e chegava a chorar por não poder ir à roça.

Em outro caso, a entrevistada relata que pela doença congênita de seu filho ela está há 29 anos impedida de trabalhar fora de casa. Por isso afirma que seu sofrimento ocorre em função de não poder ter independência financeira e por desempenhar uma função não considerada socialmente como um trabalho.

De maneira geral, ao serem questionados sobre o que é o trabalho, os agricultores coincidiram em dizer que é uma forma de sustento da família; um meio, não de ganhar, mas de preservar a vida, já que ocupa a mente com o planejamento que requer e colabora com o corpo, visto que, por ser um exercício, promove movimentos constantes, o que os impede de “entrevar”. Assim, a representação sobre o trabalho pode ser resumida no entendimento de que “tu tem que por na cabeça que trabalhar é uma coisa boa, pra você, pra saúde, pra tudo!”.

Chama a atenção que o relato dos agricultores não fica focado na exaltação do “trabalho como sustento”, mas demonstra que estes percebem o vínculo entre o trabalho e as demais questões de suas vidas. É nesse sentido que se inserem as representações sociais sobre saúde mental, como consequência natural do relato sobre o trabalho.

Ao serem questionados sobre o que entendem por saúde, os agricultores apresentam respostas diferenciadas, mas, em sua maioria, demonstram a relação direta entre o conceito sobre saúde e o papel do trabalho na vida desses sujeitos.

Muitos dos agricultores utilizaram-se da expressão “saúde é tudo”, buscando passar a clara ideia da centralidade desse aspecto para suas vidas e, além disso, os sujeitos reiteraram respostas considerando a boa alimentação como primordial para a manutenção da saúde física. Além da ênfase na alimentação saudável, o produzir para o próprio consumo é exaltado como garantia de um alimento de qualidade e gerador de saúde. É possível perceber, nesse caso, um vínculo indireto entre o conceito de saúde e o conceito de trabalho. Se para ter saúde é necessário alimentar-se bem, e o trabalho desse agricultor é o cultivo de

produtos orgânicos, sinônimo de saúde para ele, automaticamente tem-se que seu trabalho gera saúde para si e para os demais.

Vários agricultores pesquisados chegaram a considerar as inúmeras dificuldades que a utilização de agrotóxicos geram para o indivíduo e para seu meio ambiente. Há um discurso similar que demonstra que, para os sujeitos dessa pesquisa, a utilização do veneno além de ser prejudicial à saúde seria, de certa forma, uma maneira de fugir do trabalho, uma vez que sem a necessidade da capina e do intenso trabalho manual, a única atividade do agricultor tradicional seria passar com o trator pela lavoura, deixando o veneno fazer seu trabalho.

Ainda sobre as preocupações que os agricultores têm sobre a utilização do veneno, observa-se que a principal fonte de contaminação na visão dos entrevistados seria pelo ar. Alguns deles demonstram também grande preocupação com a contaminação da água. Percebe-se, ainda, em outras falas, a responsabilidade que os eles têm no sentido de cuidar da natureza, buscando preservar o meio onde vivem, assim como o meio ambiente de maneira geral.

Não obstante, os agricultores não se consideram totalmente saudáveis porque, como disse um dos nossos sujeitos “sempre um pouco de veneno temo no corpo”. Sobre isso, o trabalho desempenhado não é o responsável pela produção da doença, mas sim, ajuda a elevar os índices de saúde para a população, apesar de outras fontes inevitáveis de contaminação às quais se vive exposto.

Considerando o próprio trabalho como fonte de saúde, outro fator apontado como importante pelos agricultores é o gosto que se deve ter pela atividade exercida. Retomando as representações sobre trabalho tem-se que nenhum dos agricultores entrevistados demonstra interesse por mudar de atividade, ainda que obtivessem condições financeiras que os liberasse da necessidade do trabalho. Assim, considera-se que os agricultores constroem um vínculo com o trabalho que é também emocional.

Em contrapartida, em algumas falas tem-se que o esforço físico demasiado e a demasiada exposição ao sol formam o lado ruim do trabalho, podendo fazer com que dele surjam algumas doenças. Para aqueles que ficaram doentes por motivos alheios ao trabalho que executam, a exposição ao sol é a principal preocupação e todos contam que passam a ter mais cuidado com isso para preservar sua saúde.

O “ter uma ocupação” é o aspecto mais citado no sentido de criar e manter a saúde mental. Por isso, reiteradas vezes o trabalho

aparece na fala dos agricultores quando estes tentam conceituar a saúde mental. Nesse sentido, alguns, tal como fizeram na representação de trabalho citando os aspectos positivos do cultivo orgânico em face às prejudiciais influências do agrotóxico para a saúde, agora, ao expressarem-se sobre saúde mental, muitos acabam falando sobre doença mental. A depressão é a moléstia que mais aparece na fala dos agricultores quando procuram conceituar saúde.

O entendimento dos agricultores acerca do que é depressão demonstra que quase em sua totalidade eles não a consideram como doença, mas sim como excesso de pensar, mal gerenciamento de recursos financeiros, falta de ocupação e até vontade de trabalhar, bem como perda do emprego e incapacidade de realizar o próprio trabalho. Como antídoto para a doença, os agricultores consideram fundamental a “autoajuda”. Além disso, entendem que é necessário buscar melhorar e seguir com o trabalho, porque isso será definitivo na possibilidade da melhora.

Apesar das dificuldades relatadas pelos agricultores com relação à execução de seu trabalho, prevalece massivamente a ideia de que para eles, a atividade que exercem gera saúde e bem-estar, uma vez que nas suas falas ao conceituarem essas questões, aspectos do trabalho aparecem em todos os relatos.

Dessa maneira, é possível inferir pelo vínculo entre os conceitos de saúde e trabalho que há forte interferência entre os mesmos e que, pela ausência de sinais de sofrimento mental derivado da atividade de trabalho em todos os agricultores entrevistados, essa influência é bastante positiva. Destaca-se que a consideração acerca da inexistência de sofrimento mental derivado do trabalho somente leva em conta as informações contidas no discurso dos trabalhadores, uma vez que a proposta deste trabalho é avaliar a saúde mental a partir das representações sociais dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Uma análise mais aprofundada, feita a partir do cruzamento das informações aqui apresentadas com uma avaliação psicológica realizada por meio de entrevistas e testagem poderia dar maior amplitude a esta pesquisa. Também nesse viés, a consideração mais direta do trabalho doméstico também poderia contribuir para a análise.

Considerações Finais

Dejours (1988) considera que a lógica de trabalho proposta pelo capitalismo e vivenciada pela maioria dos trabalhadores

no mundo atual, cria uma situação de trabalho potencialmente doentia. O trabalho é visto, então, como campo propício para o aparecimento de doenças tanto físicas quanto mentais. Essa constatação nunca foi algo fácil de compreender ou mesmo de aceitar. Sabendo que a lógica do trabalho nos leva à produção de doença no trabalhador, seria justo estarmos trabalhando para que essa lógica seja melhorada ou substituída por outras formas mais justas, igualitárias e saudáveis de exercer o trabalho. Um passo a mais nessa busca já seria um avanço considerável. Espera-se que os resultados aqui apresentados sirvam para nos fazer refletir nesse sentido.

O objetivo desta investigação foi identificar as representações sociais acerca do trabalho e da saúde mental de um grupo de agricultores familiares que cultivam produtos orgânicos e analisar as relações entre tais representações e um eventual aparecimento de sofrimento mental nos sujeitos. Nesse sentido, tem-se que, ao tomarmos contato com as representações de trabalho e de saúde, é possível perceber que estão extremamente interligadas. Os relatos demonstram que, ao falar de trabalho, os agricultores falam de saúde e ao falar de saúde eles falam sobre trabalho.

Chama a atenção o fato de que em nenhum dos casos investigados foi possível perceber indícios de sofrimento mental derivado do trabalho a partir da análise das representações sociais dos trabalhadores entrevistados. A amostra é limitada, porém a ausência desse sofrimento não deixa de chamar muita atenção.

Em alguns casos foi possível, inclusive, identificar certa desconformidade com a impossibilidade de exercer o trabalho. É importante destacar algumas particularidades características do contexto de vida e trabalho dos agricultores pesquisados, uma vez que podem ser definitivas nos resultados aqui alcançados e também podem servir como grupo controle caso sejam realizadas pesquisas futuras no sentido de comparar realidades (produtores orgânicos; convencionais e transgênicos; produtores orgânicos de Capanema e produtores orgânicos de outras regiões do país ou do mundo; produtores orgânicos vinculados à empresa e outros que não tenham a venda de seu produto garantida etc).

O primeiro aspecto a ser destacado é a relação estabelecida entre os agricultores e a empresa que intermedia a comercialização de seu produto com o mercado internacional. O vínculo que existe entre ambos permite que os agricultores tenham garantia sobre a venda de seu produto e que recebam pelo mesmo um valor maior

que o oferecido comercialmente para os produtos convencionais. Assim, pela vantagem econômica que se estabelece, percebe-se que mais agricultores acabam aderindo à produção orgânica. Há também a associação dos agricultores, que tem ampla atuação e permite que estes organizem critérios para utilização dos prêmios em dinheiro que recebem dos compradores no exterior. Esses valores são transformados em insumos e em ferramentas que amenizam os custos da produção, aumentando, conseqüentemente, seu lucro.

Infere-se que a não existência da empresa poderia levar à desistência de muitos agricultores do plantio orgânico. A organização entre eles poderia manter na ativa aqueles que têm mais internalizada a ideologia do plantio orgânico, porém as condições econômicas e de trabalho seriam muito mais difíceis. Outra questão a destacar é que há apoio técnico constante aos produtores, oferecido pela empresa. Esse apoio ocorre por meio de pesquisas, visitas regulares de técnicos agrícolas que acompanham a produção e indicam meios de melhorar a quantidade e qualidade do cultivo e disponibilização de tecnologia existente no sentido de facilitar a execução do trabalho.

A ausência desse acompanhamento poderia levar a uma baixa na produtividade, o que também mudaria bastante o cenário do plantio orgânico em Capanema. Sintetizando, é possível afirmar que a existência da empresa intermediadora é fundamental para manutenção da quantidade de produtores orgânicos que há em Capanema e que, caso esta deixasse de existir, o cenário de trabalho dos agricultores que permaneceriam plantando orgânicos seria mais complicado, o que poderia modificar a saudável relação que eles têm com seu trabalho hoje.

A preocupação econômica e comercial de fato não aparece no discurso dos trabalhadores. Eles preocupam-se com a quantidade da produção e em como o clima pode afetar esse aspecto, porém, a necessidade de negociação, por exemplo, não é algo que citam nem quando falam sobre o positivo nem quando falam sobre o negativo de seu trabalho. Infere-se que isso ocorre porque há certa garantia de venda do produto, uma vez que a parceria entre agricultores e empresa exportadora está consolidada. Nesse sentido, ao serem questionados sobre a satisfação com a empresa e com os valores estabelecidos pelo contrato que possuem, os agricultores consideram-se satisfeitos tanto com o contrato como com os valores, que entendem ser justos, talvez por serem

consideravelmente maiores do que os valores pagos pelo mercado em geral para os mesmos produtos.

Todos os agricultores pesquisados possuem pequenas propriedades em que trabalham suas famílias. O fato de não possuírem grande quantidade de terras permite que o trabalho seja realizado pela família. Nesse sentido, muitos dos entrevistados relataram que produzem organicamente porque conseguem dar conta do serviço sem precisar fazer uso de agrotóxicos. O conceito de trabalho que possuem e a forma como foram ensinados a exercer sua profissão pode ter contribuído para o que eles entendem por “dar conta do serviço”. Todos contam que começaram a trabalhar quando eram ainda crianças e que as atividades rurais sempre fizeram parte de sua vida. O ato de ajudar sempre foi parte da rotina. Assim, esses agricultores estão acostumados com uma jornada intensa de trabalho, bem como realizam tarefas fisicamente intensas de forma natural, afirmando, inclusive, que entendem que seu trabalho não lhes exige muito fisicamente.

Algo mais a ser considerado é que além de terem iniciado a execução das tarefas rurais ainda crianças, quando eram mais jovens e chegaram à região sudoeste do Paraná, encontraram um local que começava a ser povoado e onde as características predominantes eram de cunho rural, seja na organização da economia como na sociedade de maneira geral.

Na época a maioria da população concentrava-se no meio rural e o trabalho era considerado como tal em seu aspecto físico, braçal. A figura do trabalhador e essa representação permanecem no discurso de alguns dos entrevistados: era aquele que exercia uma atividade física de trabalho. Dessa forma, a quantidade de dispêndio de força física não é considerada pelos sujeitos entrevistados na mesma medida que as gerações seguintes, com maior acesso à educação escolar e “filhas” de um maior contato com uma sociedade mais urbanizada.

É possível considerar que a representação de “trabalhar muito” e “trabalhar pouco” possui uma relação muito próxima com a história de vida dos agricultores, como não poderia deixar de ser. Sendo assim, consideram seu trabalho desgastante, porém em um nível normal para o que eles entendem como necessário para a execução de uma atividade laboral qualquer. Em resumo, para criar uma imagem, é possível considerar que o que é “trabalho leve” para os agricultores pesquisados pode ser considerado insuportavelmente “pesado” para alguém que tenha pouca idade e

que somente tenha conhecido atividades eminentemente urbanas e industriais. Talvez para este segundo, o trabalho agrícola possa ser potencialmente doentio pela quantidade de energia física que requer, porém, para os sujeitos desta pesquisa, esse fator é visto de forma totalmente diferente.

Por fim, cabe considerar que a percepção que os sujeitos desta pesquisa têm de mundo, de meio ambiente e de saúde está fixada na noção de alimentação saudável e preservação e respeito à natureza. Há uma “ideologia do orgânico” que está envolta em seus discursos e que gera certo orgulho e felicidade ao falar sobre o que fazem. Em algumas propriedades há placas que indicam que ali há produção orgânica, demonstrando que falar sobre como realizam seu trabalho é algo que os motiva. A relação entre trabalho e saúde estabelece-se nesse nível de forma bastante estreita. Quando se lê as concepções dos agricultores sobre saúde isso fica muito claro. Em todos os casos a saúde é relacionada à alimentação saudável, que para eles é sinônimo de alimentação orgânica.

Assim, quando esses agricultores analisam a relação trabalho-saúde, não estão fixados em como o trabalho que executam pode produzir saúde para si mesmos, mas sim para todos os consumidores de seus produtos. É possível considerar, então, que a relação trabalho-saúde percebida nesta pesquisa é uma relação social, assim como todos os demais vínculos de trabalho estabelecidos pelos agricultores familiares em seus contextos de existência. Está para além daquilo que “o meu trabalho é para mim”, fixando-se na noção e na responsabilidade que envolve o que “o meu trabalho é para o mundo, para todos os seres humanos e da natureza”. Nesse sentido, tem-se que o agricultor não se vê como parte isolada de seu meio ambiente, mas sim como envolvido no “metabolismo” descrito por Marx (1985) entre ele mesmo e a natureza, sendo seu trabalho a “cola” que os une.

A relação tecida entre trabalho e saúde a partir das representações sociais de agricultores familiares que cultivam orgânicos sugere que, esses agricultores, ao exercerem seu trabalho o percebem como potencialmente criador de saúde. Para que a questão possa ser ampliada (e merece ser!) seria muito interessante que se pudesse criar inicialmente um comparativo entre produtores orgânicos e convencionais residentes na mesma cidade. Como continuidade, esses estudos comparativos podem ser ampliados para outras regiões, onde fosse possível observar com mais clareza dados sobre incidências de doenças físicas e

mentais e sua relação com a concepção de trabalho tecido pelos sujeitos em cada circunstância. Tomar o trabalho como centro pode nos dar a direção sobre como melhorá-lo e fazê-lo, em outros contextos, tornar-se menos potencialmente doentio, bem como nos possibilita pensar em formas de ampliar de forma direta a relação do trabalho com a saúde mental do trabalhador, por meio do compartilhamento de experiências e vivências entre os estes e entre outras categorias profissionais.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Transformações na Vida Camponesa**: O Sudoeste Paranaense. 1981. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ALMEIDA, A.M.O. A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de (Orgs.). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Alagoas: Universitária UFPE, p. 117-160, 2005.

CODO, W. Um diagnóstico integrado do trabalho com ênfase em saúde mental. In JACQUES, M. G. e CODO, W. (Orgs.). **Saúde mental e trabalho**: Leituras. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002

CODO, W.; SORATTO, L.; VASQUES-MENEZES, I. Saúde mental e trabalho. In: ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencout (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Rocket Edition, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/macaco.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2013.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 17-44.

JOLLIVET, M. **Pour une science sociale à travers champs**; paysannerie, capitalisme. France XXe Siècle. Paris, Arguments, 2001.

LEVIGARD, Y. E.; ROZEMBERG, B. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de “nervos” no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, 2004.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. v. 1. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MYSKIW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros**: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66). 2002. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF/ UNICENTRO, Niterói, 2002.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3. ed. Editora da UFSC: Florianópolis, 2008.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PEGORARO, E. **Dizeres em confronto**. (A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa Paranaense) 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF/ UNICENTRO, Niterói, 2007.

SAMPAIO, J. J. C.; MESSIAS, E. L. M. A epidemiologia em saúde mental e trabalho. In: JACQUES, M. G. E CODO, W (Orgs.). Saúde mental e trabalho: Leituras. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

SANTOS, R. A. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. Tese de doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”. Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003.

MENTAL HEALTH AND WORK: A RESEARCH WITH ORGANIC FARMERS IN SOUTH WESTERN PARANÁ

Abstract

The article presents research that aims to identify the social representations of work and mental health in a group of organic farmers and analyze the relationships between such representations and possible emergence of mental distress. Participated in the research nineteen farmers who residing in Capanema, Paraná. Data were collected through a protocol observing the work environment of the subjects, as well as through the use of semi-structured interview. The results indicate that organic farmers surveyed represent your work as something potentially creator of health, so that, in this study, there were no signs of mental distress in the subjects identified. Unlike the identified representations have many elements in common, so for these farmers work involves health and health work entails.

Keywords: Mental Health. Work. Organic Farmers. Social Representations.